

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
REQUERIMENTO Nº , DE 2019

(Da Sra. Deputada PROFESSORA ROSA NEIDE)

Requer informações ao Ministro da Educação sobre os impactos da manutenção da aposentadoria atual dos professores e professoras brasileiras nos cálculos que sustentam a proposta de Reforma da Previdência do Governo Bolsonaro.

Senhor Presidente:

Requeiro, com base no artigo 50, § 2º da Constituição Federal combinado com o § 2º, inciso V do artigo 24, e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado Requerimento de Informação ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, ouvido, se possível, o Ministério da Economia, solicitando informações sobre os impactos da manutenção da aposentadoria atual dos professores e professoras brasileiras nos cálculos que sustentam a proposta de Reforma da Previdência do Governo Bolsonaro.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 04 de abril de 2019 foi realizada a Audiência Pública "A Reforma da Previdência e seus impactos sobre os professores", na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. A audiência foi realizada em decorrência da aprovação do Requerimento nº 8/19, de minha autoria, subscrito pelas Deputadas Rose Modesto e Rejane Dias e pelos Deputados Pedro Uczai, Professor Israel Batista, Bira do Pindaré e Idilvan Alencar

Em decorrência da atividade, achamos oportuno que a Comissão de Educação solicite do Excelentíssimo Ministro da Educação, ouvido, se possível, o Ministério da Economia, informações e estudos acerca dos impactos da manutenção da aposentadoria atual dos professores e professoras brasileiras (artigo 40, parágrafo 5º, da Constituição Federal) sobre os cálculos que sustentam a proposta de Reforma da Previdência do Governo Bolsonaro, justificando porque os mesmos deveriam ser tão fortemente impactados por uma eventual reforma. A aposentadoria especial do magistério praticamente acaba com a Reforma.

Na referida audiência foi informado pelo representante do Ministério da Economia que, por exemplo, cerca de 2/3 (dois terços) dos professores hoje são dos regimes próprios da previdência o que gera impactos sobre estados e municípios. Parece-nos importante que tenhamos maiores detalhes sobre os impactos financeiros e nas folhas dos docentes, que tentem sustentar o tratamento dispensado aos nossos professores na Reforma da Previdência.

Creemos que a Reforma apresentada não é positiva para nenhum trabalhador brasileiro, tanto mais para docentes. Ainda assim, gostaríamos de ter em conta **os cálculos do Governo que sustentam as mudanças propostas para o magistério** e as razões pelas quais a categoria precisaria ser também impactada com as alterações.

Avaliamos que a condição peculiar da atuação docente, no caso brasileiro, justifica as atuais diferenciações e, portanto, uma aposentadoria especial para o magistério. Há inúmeras problemáticas que incidem gravemente na vida profissional do/a educador/a, que não somente o salário, como o estresse, as doenças profissionais – que redundam em dispensa docente, em diferentes países, nas áreas da psiquiatria, neurologia, otorrinolaringologia, reumatologia, traumatologia, hematologia e doenças cardiovasculares - o que tem permitido caracterizar um quadro de doenças profissionais da categoria.

Assim, com igual preocupação, solicitamos informações e análises governamentais sobre como e em que medida o Governo considera, na modulação proposta, **as condições e ambiente de trabalho que são considerados prejudiciais à saúde e a integridade física dos nossos docentes**, que tem

impactos financeiros com as substituições, bem como análises específicas que possam sustentar o **fim da distinção de gênero** no tempo de contribuição e idade.

Tendo em vista o exposto apresento este requerimento

Sala das Sessões, em de abril de 2019.

Deputada PROFESSORA ROSA NEIDE
(PT-MT)